

EDUCAR CIUDADANOS: LA POLÉMICA LIBERAL-COMUNITARISTA EN EDUCACIÓN

Concepción Naval Durán, Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 1995

As abundantes referências à cidadania e o reconhecimento da importância desta na formação das novas gerações tomam essencial saber de que falamos, quando falamos de educação para a cidadania. O tema da cidadania tem suscitado o aparecimento de um considerável número de publicações, a par de muitas iniciativas que o usam como suporte dos mais diversos colóquios e seminários. Tratando-se de uma situação recente, entre nós, convém notar que nem sempre, quer as publicações surgidas quer outro tipo de iniciativas, permitem um aprofundamento rigoroso das implicações do tema em matéria de educação. O aparente consenso gerado em torno da educação para a cidadania carece frequentemente de uma fundamentação para a qual é preciso compreender os contributos de uma ampla gama de autores cujo pensamento filosófico, moral e político tem repercussão na filosofia da educação e finalmente no currículo e nas práticas educativas.

Compreender a educação para a cidadania nas suas múltiplas implicações é o que podemos esperar da obra de Concepcion Naval – “Educar Ciudadanos” – publicado em 1995 pelas Edições da Universidade de Navarra. Ao longo de 450 páginas organizadas em três grandes capítulos, a autora faz uma abordagem centrada nas concepções filosóficas, morais e políticas que o tema convoca, em particular nas implicações decorrentes da polémica entre liberais e comunitaristas. A actualidade da obra surge reforçada num momento em que se preparam (de novo) alterações curriculares no sistema educativo português, cujas intenções anunciadas parecem indiciar um reforço da educação para a cidadania.

Numa matéria cuja conceptualização é ainda difusa, a obra de Naval permite-nos situar a definição de educação para a cidadania num *continuum* de interpretações acerca dos aspectos morais e cívicos. Com efeito, persistem nesta matéria interpretações minimalistas e maximalistas. Enquanto as primeiras se esgotam na apresentação de informações e no desenvolvimento de virtudes de carácter local e imediato, as formas maximalistas exigem um programa mais completo: um entendimento explícito dos princípios, valores e procedimentos da cidadania democrática juntamente com capacidades de participação e reflexão crítica. Como refere

Naval, logo nas páginas de introdução, a ideia de educação para a cidadania num mundo complexo, não corresponde nem ao pitoresco aparato do currículo de formação moral e cívica do século passado, nem a um complemento da educação geral, ideologicamente necessário, mas carente de validade cognitiva e afectiva. Trata-se de uma tarefa essencial nas sociedades livres que associa as diferentes dimensões da cidadania no contexto do desenvolvimento moral e cívico.

Naval faz uma extensa análise do que designa por polémica liberal-comunitarista em tomo da educação de cidadãos. Nessa análise são discutidas as divergências entre os protagonistas, acerca da ênfase nos valores e atitudes, ou seja das virtudes a desenvolver pela educação para a cidadania. Em parte, a polémica resulta do confronto entre os que defendem a primazia da autonomia, entendida como capacidade crítica, e a primazia da perfeição, entendida como cuidado ou preocupação pelo outro. São igualmente destacadas as posições acerca da justiça, da igualdade e da liberdade, assim como o papel da tradição. Embora a autora reconheça a ausência de acordo público sobre um ideal na educação moral, não deixa de acentuar a possibilidade de conciliar os pontos de vista de cariz individualista (liberal) com os pontos de vista comunitários, no sentido de reafirmar a liberdade e responsabilidade individuais. Nesse sentido, é significativa da perspectiva defendida a passagem seguinte:

“En un punto de vista comunitario, en cambio, se buscaría equilibrar el concepto de autonomía personal extrema como primer principio de la educación, com el de cuidado (*care*) de uno mismo, de los demás. Dos procesos deben ir a la par en este sentido: los educadores deben señalar la importancia central de estar anclados en una cultura y tradición para las vidas individuales, incluyendo los procesos de vincular al individuo al contexto socio-cultural; al mismo tiempo que apuntan a las posibilidades humanas de reconsiderar y superar las condiciones aniquilantes existentes en una comunidad o tradición”. (p. 134/5)

Tal como uma concepção de cidadania se apoia sobre um determinado sistema ético-moral, também a educação para a cidadania não pode ser compreendida ignorando esse enquadramento. Para a perspectiva comunitária, preocupada com a transmissão dos valores da tradição e de uma moralidade enraizada nas práticas particulares das comunidades, é fundamental acentuar a identificação cultural. Por seu lado, a perspectiva liberal preocupa-se mais com o pluralismo e o quadro de direitos e deveres, acentua as competências de reflexão crítica. Os autores próximos

desta segunda perspectiva enfatizam o espírito crítico como condição necessária à preparação de cada um na escolha do seu caminho, individualmente ou em associação voluntária no interior da sociedade. As diferenças entre as duas perspectivas, salientam que os protagonistas da crítica comunitária realçam a importância da herança cultural comum, opondo ao utilitarismo a preocupação com o bem comum.

Para além das diferentes concepções subjacentes à educação para a cidadania a obra aborda igualmente os respectivos desenvolvimentos práticos, desde as metodologias desenvolvidas para a educação moral até aos possíveis contextos de concretização. Nestes últimos cabe sublinhar os chamados programas de serviço à comunidade, contexto também muito ligado às tradições e políticas das comunidades educativas. Acerca do interesse e do profundo debate que estes programas desencadearam nas escolas norte-americanas, Naval identifica duas abordagens que, embora complementares, apresentam aspectos distintos. A primeira reúne os que argumentam a favor de projectos de serviço que atraíam jovens em regime de voluntariado, tendo em vista o fortalecimento do altruísmo e da filantropia. A segunda defende a integração do serviço na turma e no currículo académico, na tentativa de reforçar a responsabilidade social dos estudantes. O debate não está encerrado e levanta outras implicações, nomeadamente o progressivo desaparecimento do sentido de serviço face ao crescente individualismo. Entre nós esse debate está em grande medida por fazer.

A reflexão acerca do que deve ser uma (autêntica) educação para a cidadania na comunidade escolar é indissociável da própria concepção de educação nas sociedades abertas do nosso tempo. A obra “Educar Ciudadanos” ajuda-nos a situar o problema e a tomar decisões numa matéria incontornável no nosso tempo. Como escreve a autora, “se entendermos a educação como a actividade cujo principal objectivo é ajudar os outros a ser pessoas, a educação para a cidadania assume um lugar essencial nessa tarefa” (p. 131).

João Reis